

Rede de Mulheres Negras Evangélicas

A Rede de Mulheres Negras Evangélicas foi fundada durante o 1º Encontro de Mulheres Negras Cristãs (EMNC) realizado em Agosto de 2018 pelo Movimento Negro Evangélico (MNE - PE), em Recife, Pernambuco. O Evento foi protagonizado pelo Comitê de Gênero e Direitos Humanos do referido coletivo. A história que precede a criação da Rede se tece no interior do movimento progressista evangélico brasileiro a partir da inquietação de mulheres negras evangélicas.

Seu corpo é templo, mulher!

Como mulheres negras evangélicas, acreditamos que nosso corpo é templo, portanto qualquer **pessoa que desrespeite seus direitos sexuais e reprodutivos está violando o templo de Deus.**

Acaso não sabem que o corpo de vocês é templo do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que não sois de homem algum?

A violência contra o corpo das mulheres é violência contra o próprio Deus. E nenhuma pessoa pode interferir em suas escolhas, mulher, nem marido, nem pai, nem pastor ou líder religioso. Nossos corpos são sagrados, templo do Senhor e nós temos o direito de sermos respeitadas.

A Justiça Reprodutiva é a garantia de que nossos corpos, vidas e famílias não serão violados, e saiba que existem leis que nos protegem. Se você está sendo, ou foi violada, em algum desses direitos ligue 180 ou procure uma delegacia da mulher mais próxima da sua casa.

Você sabe o que é Justiça Reprodutiva e como isso te afeta?

Justiça reprodutiva é um conceito utilizado por pensadoras negras para defender a dignidade humana das mulheres e suas famílias. Ele une três grandes áreas: direitos sexuais, direitos reprodutivos e direitos humanos e sociais. Nesses eixos, encontramos a junção de todas as esferas que afetam a qualidade de vidas de nós, mulheres. A seguir, vamos falar brevemente sobre essas grandes áreas e a importância de conhecermos o que significam.

Direitos sociais e humanos

Na bíblia temos as histórias de algumas mulheres que tiveram seus direitos sociais e humanos violados. Uma delas é Agar (Gn 16 e 21), a escravizada etíope de Abraão e Sara. Ela teve o direito de moradia, sustento e maternidade violados. Deus vem em seu socorro e restitui seus direitos.

Mas você sabe o que são esses direitos e como podem ser violados?

São considerados direitos humanos e sociais a garantia do mínimo necessário para se viver bem. Isso inclui alimentação saudável, educação, saúde, trabalho, moradia e cultura para todas as pessoas.

São considerados direitos humanos e sociais a garantia do mínimo necessário para se viver bem. Isso inclui alimentação saudável, educação, saúde, trabalho, moradia e cultura para todas as pessoas.

No Brasil, as mulheres negras são a maioria entre as pessoas pobres, então, a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, precisa ser pautada a partir desta perspectiva. Assim como é possível associar à questão da justiça reprodutiva, quando essas mesmas mulheres, negras e pobres, vêem seus filhos serem assassinados pela mão do Estado, através das violências policiais, retirando delas o direito de ver seus filhos crescerem com qualidade de vida. Não basta falar de direitos sexuais e reprodutivos, se não temos qualidade de vida para poder exercer esses direitos.

Direitos reprodutivos

Agar teve seus direitos reprodutivos violados quando lhe foi retirado o direito de escolher a maternidade e com a criança em seus braços, foi repudiada pelos seus senhores, abandonada no deserto, sem comida e sem condições de ter uma vida digna para si e para seu filho.

Felizmente, Deus vai ao socorro dela, mas e hoje? Quem

tem ido ao socorro de tantas mulheres que têm sido violadas em seus direitos reprodutivos? Aliás, você sabe o que são esses direitos?



Os direitos reprodutivos estão diretamente ligados à **Lei nº 9.263, de 12 de Janeiro de 1996,** chamada de lei de planejamento familiar. Em outras palavras, o Estado tem o dever de oferecer nas unidades básicas de saúde métodos anticoncepcionais e orientação para o uso destes métodos (como dispositivo intrauterino, o DIU, pílula ou injeções.).

É importante frisar que o Estado não pode decidir quantos filhos uma mulher pode ter, mas ele tem que dar o direito dela escolher como constituir sua família. Dentro desses direitos estão a obrigação de oferecer pelo SUS (Sistema Único de Saúde) consultas pré-natais (Portaria nº 570, de 1º de Junho de 2000) e acompanhante que a gestante queira no trabalho parto e no pós parto imediato (Lei nº 11.108, de 7 de Abril de 2005).

É importante destacar que se a mulher tiver qualquer dúvida sobre esses direitos e outros ligados à sua vida reprodutiva (como adoção e licença maternidade), o serviço de assistência social de sua cidade deve responder todas as dúvidas.

As mulheres devem saber que somente elas devem escolher quando querem ter filhos, se querem ou não os ter e em que momento da vida os desejam. Devem também exercer esse direito sem qualquer tipo de violência psicológica, física ou social.

Direitos sexuais

Para além de ser violada em seus direitos humanos, sociais e reprodutivos, Agar também é violada em seus direitos sexuais, uma vez que ela não consentiu a Abraão. Isso é muito grave! Nenhuma mulher pode ser obrigada a ter relações sexuais com quem não queira, até com seus próprios maridos. Infelizmente, ainda hoje, muitas mulheres não podem escolher como e quando vão desfrutar de sua sexualidade, e isso é uma violação de seus direitos sexuais. Toda relação sexual necessita de consentimento para poder acontecer. Os companheiros não são donos das vontades sexuais de suas parceiras (A Lei Maria da Penha é importante aliada nestes direitos - Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006).

Os direitos sexuais garantem às mulheres viverem e expressarem sua sexualidade sem julgamentos e livres de violências, discriminações e com consentimento sobre qualquer relação sexual. Estão inclusos nesses direitos o acesso à prevenção da gravidez indesejada e de ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis. Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação. Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva nas unidades básicas de saúde e escolas.



https://catarinas.info/justica-reprodutiva-quantas-maes-negras-terao-que-morrer-para-termos-o-direito-a-maternidade-digna/

https://revistasenso.com.br/direitos-humanos/justica-reprodutiva-uma-di scussao-dos-direitos-sexuais-e-reprodutivos-a-partir-da-perspectiva-da-m ulher-negra/ https://catarinas.info/quantas-mais-terao-que-morrer-para-o-mito-da-fami lia-perfeita-se-sustentar/?fbclid=lwAR2IFwpzS02sXenZJn6di_LWpW7EyYVJm6 QYAz6Elq4Xpx_H2XxPBDJGhFc

https://projetoredomas.com/uma-mulher-sem-nome-concubina-juizes-19/

https://www.justificando.com/2018/08/13/o-pecado-original-a-submissao-e-o-dever-da-procriacao-o-tripe-da-opressao-da-sexualidade-das-mulheres/

https://www.justificando.com/2018/02/20/e-se-henrico-fosse-o-cristo/

Confira o material da campanha em nossas redes sociais e site: f @ @negrasevangelicas

- rededemulheresnegrasevangelicas
- www.negrasevangelicas.org



